

Volume 3 - n°1
EDIÇÃO ESPECIAL
Prêmio Ignacy Sachs



CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL

CADERNOS CEBRAP SUSTENTABILIDADE

WORKING PAPERS

ARRANJOS MULTIADORES E INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL: AGRICULTURAS DO SERTÃO E DA FLORESTA

ZILMA BORGES, CAIO MOMESSO, RAONI
FERNANDES AZERÊDO E EDUARDO
VIVIAN DA CUNHA

Trabalho premiado
na categoria:
melhor artigo
- 1° Edição -



Realização:



Fundação Tide Setubal





CEBRAP

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP - foi criado em 1969 para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil. O foco da instituição é a análise da realidade brasileira, com um estilo de trabalho que enfatiza a comparação e combina a especialização e a interdisciplinaridade, em diálogo constante entre as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas das áreas de origem de seus pesquisadores: sociologia, política, demografia, direito, filosofia, história, antropologia, economia e geografia.

Presidente

Marcos Nobre

Diretor Científico

Raphael Neves

Diretora Administrativa

Graziela Castello



CEBRAP SUSTENTABILIDADE

ISSN 2764-1937

O Cebrap Sustentabilidade - Núcleo de Pesquisa e Análises sobre Meio ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade,

dedica-se à produção de conhecimentos voltados a favorecer formas inovadoras de tratamento do tema ambiental e que estejam sintonizadas com os principais avanços realizados pela comunidade científica nacional e internacional.

Os estudos, eventos e publicações produzidos pelo núcleo se apoiam em rigor científico e excelência e pela busca em qualificar o debate público no Brasil, tendo como parceiros uma pluralidade de atores favoráveis a uma transição sustentável e inclusiva. Cinco temas concentram as pesquisas do Cebrap Sustentabilidade: Mudanças climáticas; Governança ambiental policêntrica; Biodiversidade, água, alimentos e energia; Cidades e regiões na transição para a sustentabilidade; Epistemologia da sustentabilidade.

Coordenador

Arilson Favareto

<https://cebrapsustentabilidade.org>

E-mail: sustentabilidade@cebrap.org.br

Cadernos Cebrap Sustentabilidade – Textos para Discussão - Working Papers

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Cebrap Sustentabilidade com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à comunidade científica e aos tomadores de decisão públicos e privados atuando em temas ambientais e suas interfaces com a agenda econômica e política do país.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Cebrap.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

Arranjos Multiatores e Inclusão Produtiva Rural: Agriculturas do Sertão e da Floresta

Zilma Borges*, Caio Momesso**, Raoni Fernandes Azerêdo***
e Eduardo Vivian da Cunha****

RESUMO: Este artigo aborda a questão da inclusão produtiva de sujeitos pertencentes a comunidades tradicionais no rural brasileiro. O foco da investigação recai sobre os arranjos multiatores, entendidos como organizações que atuam em rede e que envolvem a interação entre agentes públicos, entidades da sociedade civil e comunitárias. A fim de apreender a dinâmica relacional, os ganhos e desafios desses arranjos, foram analisados dois casos: a Rede Origens Brasil®-APARAÍ, no município de Alenquer (PA); e o Gestraf, no município de Barbalha (CE). Para a caracterização dos arranjos, foram utilizados dados primários e secundários, além da realização de entrevistas para a coleta de dados interpretativos. Como conclusão, o artigo aponta para as oportunidades que os arranjos propiciam na ampliação do território, criando vínculos para além das comunidades. A noção de “inclusão” também é discutida com base nos depoimentos, considerando sua dimensão não apenas mercantil, mas também multidimensional, que envolve a relação dos sujeitos com a terra. Os arranjos são compreendidos como espaços de autonomia econômica e formação de laços de sociabilidade, que aumentam a capacidade de ação das comunidades. Por fim, são indicados os gargalos que cada arranjo apresenta, bem como a oportunidade para os poderes públicos locais em apoiar seus desenvolvimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Produtiva; Arranjos Multiatores, Ruralidade; Sociedade Civil; Redes; Sustentabilidade.

ABSTRACT: *This article addresses the issue of productive inclusion of subjects belonging to traditional communities in rural Brazil. The focus of the study is on multi-actor arrangements, understood as organizations that operate in networks and involve interaction between public actors, civil society and community units. To understand the relational dynamics, benefits and challenges of these arrangements, two cases were analyzed: the Origens Brasil®-APARAÍ network in the municipality of Alenquer (PA) and Gestraf in the municipality of Barbalha (CE). Primary and secondary data were used to characterize the arrangements, as well as interviews for the collection of interpretative data. As a conclusion, the article points out the possibilities that the arrangements offer in expanding the territory and creating links beyond the municipalities. The notion of “inclusion” is also discussed on the basis of the testimonies, and its dimension is not only mercantile, but also multidimensional, including the subjects’ relationship with the land. The arrangements are understood as spaces of economic autonomy and the formation of social bonds that increase the communities’ agency. Finally, the bottlenecks that each arrangement entails are highlighted, as well as the possibilities for local authorities to support their developments.*

KEYWORDS: *Productive Inclusion; Multi-actor Arrangements, Rurality; Civil Society; Networks; Sustainability.*

*Doutora em Ciências Sociais (PUC-SP). Professora de Administração Pública na FGV - EAESP e Pesquisadora do CEAPG (FGV-EAESP). Email: zilma.borges@fgv.br

**Caio Momesso - Mestre em Administração Pública e Governo (FGV-EAESP). Pesquisador do CEAPG (FGV-EAESP). Email: caio.momesso@gmail.com

***Raoni Fernandes Azerêdo - Doutor em Geografia (UFPB). Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Email: raoniazereido@gmail.com

****Eduardo Vivian da Cunha - Doutor em Administração (UFBA). Professor no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA - UFCA). Email: eduardo.cunha@ufca.edu.br

Introdução

Diante do aprofundamento das desigualdades e do retrocesso observado nos últimos anos nas políticas públicas federais de redução da pobreza e segurança alimentar, faz-se necessário um olhar mais atento às diferentes formas de arranjos, que através do trabalho em rede e outras formas de articulação buscam criar parcerias e promover estratégias de produção e comercialização no Brasil rural.

O cenário de retrocesso observado no Brasil em relação às políticas públicas federais visando à inclusão produtiva de pequenos agricultores torna mais premente a compreensão de formas de superar os desafios socioeconômicos para esta população. Este texto focaliza arranjos que envolvem múltiplos atores em conexão a partir de ações estatais, de iniciativas dos próprios agricultores ou de outros agentes, e busca observar os processos de estruturação organizacional e de estratégias que privilegiem o fortalecimento de capacidades fundamentadas na ação coletiva.

Com essa ênfase o artigo discute como arranjos multiatores (KOOPMANS et al., 2018; SCHMITT, 2011) têm se organizado no Brasil rural, analisando potencialidades e limites em colaborar para a inclusão produtiva dos agricultores familiares (VAHDAT et al., 2019). Analisa a diversidade de configurações destes arranjos, atores envolvidos, repertórios de atuação e recursos, desenvolvimento de capacidades e as perspectivas de agência dos grupos (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Nesse ínterim, tem-se que a governança coletiva entre atores diversos é mediada por instrumentos de ação pública (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012), que não tem necessariamente a primazia do Estado como protagonista.

A pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundamento da literatura e das discussões de nível organizacional em torno desses arranjos, explorando as diversas possibilidades de suas conformações, dinâmicas, ações e governança, além de contemplar uma aproximação entre diferentes contextos socioambientais do território brasileiro, enriquecendo as possibilidades de análise. Propõe-se investigar também as tensões da interação entre o aumento de capacidades das comunidades locais, frente à entrada de lógicas externas ao território e as demandas postas por novas estratégias, considerando o fortalecimento e autonomia dos agricultores, as capacidades organizativas dos arranjos e a geração de inclusão produtiva com qualidade de vida.

Duas questões centrais dirigiram o estudo:

Como os arranjos multiatores têm gerado dinâmicas inovadoras no caso brasileiro de Inclusão Produtiva Rural (IPR)?

Quais são as principais lições que experiências de arranjos multiatores possibilitam para pensar o futuro da Inclusão Produtiva Rural (IPR) e de políticas públicas direcionadas ao tema?

Para seu desenvolvimento, o projeto teve como estratégia metodológica a investigação de dois arranjos multiatores rurais em contextos locais diversos (STAKE, 2006). Foram selecionados os seguintes casos:

- Rede Origens Brasil®-APARAÍ - Associação do Assentamento de Desenvolvimento Sustentável PDS Paraíso, na região da Calha Norte, no município de Alenquer (PA), em contexto de áreas de preservação ambiental e da floresta amazônica.

• Gestraf - Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar e sua rede de apoio, no município de Barbalha (CE), em contexto da zona rural do Cariri cearense.

O foco escolhido para o projeto, que se reflete na seleção de casos indicada, está na investigação e debate acerca das ações que esses arranjos podem realizar - e já realizam - para fortalecer o protagonismo dos pequenos produtores e suas lideranças e em quais aspectos esses grupos precisam avançar para contribuir mais fortemente com o processo de inclusão produtiva.

Desse modo, foi realizada a investigação de tais tópicos em relação ao aumento de autonomia e empoderamento de atores diretamente beneficiados por esses arranjos e pelas ações que visam à inclusão produtiva, tendo esses elementos como fundamentais para o sucesso de suas iniciativas. No mesmo sentido, foi importante analisar criticamente os diferentes sentidos atribuídos à noção de inclusão pelos atores, de forma a captar as perspectivas e interesses dos grupos envolvidos nos casos.

O artigo aqui apresentado é parte de um projeto mais amplo de investigação sobre práticas de inclusão produtiva rural. Para sua operacionalização, estabeleceu-se uma rede de pesquisa que realizou encontros virtuais periódicos, atividades de trabalho e discussões em torno dos temas analisados.¹

Como principais resultados da pesquisa, são indicadas três frentes de discussão que agregam e qualificam o campo temático: em primeiro lugar, as categorias e os elementos comuns que compõem a dinâmica organizacional interna e externa de arranjos multiatores; em segundo, as especificidades da construção de cada caso a partir de uma lógica relacional com seu território, cultura e história, os benefícios e resultados propiciados pela ação coletiva na forma de arranjos; e, por fim, as demandas trazidas de maneira comum aos arranjos estudados e o que os distinguem, bem como as estratégias criadas para sua superação ou contorno.

O artigo está organizado em três seções, além da introdução e considerações finais. A primeira traz uma discussão sobre os aspectos relacionais que envolvem os arranjos multiatores e as dinâmicas que se articulam com a inclusão produtiva rural. A segunda é dedicada aos aspectos metodológicos e a última à apresentação dos casos, dos resultados de pesquisa e sua discussão.

Arranjos multiatores e a dinâmica social da inclusão produtiva rural

Para abordar o fenômeno dos arranjos multiatores, parte-se de uma visão complexa sobre as configurações sociais rurais e suas populações. O tema levanta alguns pontos importantes na literatura especializada, como é o exemplo do debate sobre diversificação produtiva rural, muito importante no momento da emergência da abordagem territorial e da nova ruralidade, que deixou muitas contribuições para o debate contemporâneo. Essa perspectiva traz uma visão holística sobre a relação das famílias e comunidades

¹ Integrou também a equipe de pesquisa uma professora e pesquisadores da Universidade Federal do Piauí (UFPI) — Campus Picos (PI), em parte do estudo que não é tratado neste documento.

com o espaço que ocupam, expandindo a visão da terra para além desta como fator de produção, e explorando sua multidimensionalidade (FAVARETO et al., 2015; FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012). Isso significa dizer que estratégias para a inclusão produtiva e o desenvolvimento rural devem considerar aspectos mais amplos do que renda, incorporando fatores políticos, ligados ao protagonismo e à autodeterminação das comunidades, e ambientais, como o uso sustentável e o combate à escassez de recursos.

O tema da multidimensionalidade entrou para a agenda de organismos internacionais nos anos 1990, como representa o caso da conferência Rio-92, e, em especial no Brasil, teve lastro a partir do advento da discussão sobre a função social da propriedade rural no contexto da Constituição de 1988, debate essencial para a diversificação de estratégias políticas para os territórios rurais (SILVA, 2015). Pode-se destacar, ainda, a importância da visão sobre “a presença simultânea das dimensões mercantil e não mercantil, que se expressam mediante a diversidade de formas de intercâmbio e reciprocidade em torno dos produtos agropecuários, do acesso aos recursos naturais (terra, água) e das relações sociais de trabalho e vizinhança” (p. 16).

O trabalho se dedicou a encontrar caminhos para entender a realidade diversificada do Brasil rural e ampliar o espaço de atenção para a multidimensionalidade dos processos de políticas públicas e partiu do pressuposto da importância dos arranjos multiatores e de seu papel em subsidiar a ação de atores locais. Nesse sentido, Koopmans et al. (2018) realizaram um estudo em torno das diferentes experiências de políticas públicas no contexto europeu que têm como base esses arranjos, e identificaram cinco estratégias organizacionais de governanças coletivas: integração de usos diversos da terra; conexão de consumidores com produtores sustentáveis; geração de cooperação entre agricultores; implementação de processos de bioeconomia; e auto-organização dos pequenos produtores. Por um lado, esses arranjos propiciam benefícios a seus atores, entre eles a melhor adaptação local às mudanças de contexto, mais legitimidade e aumento do valor agregado dos produtos. Por outro, indicaram os possíveis riscos existentes, com destaque para o perigo de fragmentação e inconsistência das políticas públicas devido aos altos custos de engajamento e à possível diluição de uma autoridade central responsável.

Igualmente inseridos nesse debate, Palmioli et al. (2020) argumentam que a inclusão desses atores locais não ocorre apenas a partir dos laços com o mercado, mas também por meio de programas sociais e agrícolas articulados pelo Estado, chamados fluxos de redistribuição, e de trocas não mercantis, em que laços de reciprocidade são formados entre atores de maneira horizontal, capazes de fornecer bens e insumos para os atores envolvidos nessas redes sociais. Dessa forma, as configurações dos arranjos não precisam ter como objetivo apenas a expansão comercial, mas outros fins, como a construção de redes de troca de conhecimento e pesquisa (ŠŮMANE et al., 2018) e a representação política para a ação pública (MOMESSO, 2020).

Um aspecto relevante dessa perspectiva está no fato de que as características reconhecidas como formas estruturais de redes, como a horizontalidade e a participação, passaram a orientar projetos de intervenção e de ação com enfoques mais normativos. Para Schmitt (2011), esse uso instrumental das redes carrega riscos que podem levar à dissociação

de elementos chave de autonomia e interdependência dos agentes, homogeneizando a forma como as interações ocorrem. Assim, ganham ênfase as considerações sobre a agência dos atores frente aos constrangimentos estruturais e contextuais (FREITAS, 2016) e as experiências inovadoras que lidam com esses desafios, contribuindo para a consolidação de um espaço para a formulação e a implementação de políticas públicas a partir de iniciativas que emergem da sociedade e que incluam múltiplos atores.

Neste sentido é interessante observar a proposta de outras abordagens que vêm se desenvolvendo no campo da administração pública, ligadas especialmente a vertentes como a da sociologia da ação pública, que envolve modelos híbridos de gestão incorporando novas dimensões e ferramentas para se compreender as relações interorganizacionais (CRUZ et al., 2020). Decorrente dessas perspectivas tem-se que é preciso investigar as estratégias organizacionais e a governança coletiva no contexto rural brasileiro, reconhecendo os atuais desafios postos para o ambiente das políticas públicas e da ação coletiva dos atores. Dessa forma, é preciso considerar as possibilidades de articulação e de interdependência entre os agricultores e como essas dinâmicas são engendradas, levando-se em conta por exemplo, arranjos que envolvem grupos que já têm algum grau de inclusão produtiva e para outros que estão em situação vulnerável, apresentando maior dificuldade para compor essas relações.

No intuito de compreender elementos que traduzem as dimensões interorganizacionais com a incorporação de interfaces socioestatais, o aporte da sociologia da ação pública (BORGES, 2020; CEFAÍ, 2007; CRUZ et al., 2020; LASCOUMES & LE GALÈS, 2009) foi trabalhado especialmente em sua proposta de co-produção de políticas públicas entre atores societários e o poder público e de incorporação de modelos híbridos de gestão.

Esse aporte teórico considera, por um lado, a ideia de ação coletiva como forma de entender a mobilização dos atores e de seus espaços de influência, o que, para os interesses deste estudo, indica a necessidade de desdobramento da ação não só multiatorial, mas multinível. Dessa forma, tem-se como foco o espaço da micropolítica (SPINK, 2019; VANIER, 2015), no qual ocorrem as interações informais e a criação de soluções por parte do próprio público em instâncias locais de atuação (agricultores, quilombolas, apicultores etc.), bem como o das arenas públicas (CEFAI, 2007; LASCOUMES; LE GALÈS, 2009), que incorporam diferentes fóruns de interação, além de atuar a partir da lógica de rede para a ampliação das fronteiras. Tal percurso leva a indagar sobre as contribuições dos diversos níveis de governo com redes que permitam perspectivas de ampliação de mercados, cadeias de valor e advocacy para influência política.

Por fim, retoma-se a análise da noção de inclusão produtiva, campo complexo e de difícil definição, não havendo consenso na literatura e entre seus participantes sobre o seu enquadramento (VAHDAT et al., 2019, p. 18). A contribuição aqui realizada traz aportes para essa compreensão, sobretudo pelo reconhecimento das diferenças e pela convicção de que tal inclusão requer um olhar contextualizado e específico, e deve passar obrigatoriamente por um processo dialógico e de diagnóstico consistente com os atores envolvidos.

Tais discussões levaram a destacar a importância da compreensão dos seguintes pontos: como são criados os arranjos; quais são as suas finalidades; que interesses

mobilizam os participantes; como ocorre a sua operacionalização e quais resultados têm sido obtidos. Algumas das chaves teóricas obtidas com a pesquisa indicam que a abordagem relacional incorpora conexões que ultrapassam os atores do arranjo entre si, sendo preciso considerar as interações entre estes e entre os atores e os mercados, as políticas públicas e os processos sociais e ecológicos envolvidos na produção de distintas ruralidades, o que requer uma compreensão do contexto e dos jogos de poder e das dinâmicas que o envolve.

O padrão de conectividade e de regularidade das relações entre os atores é a condição primordial para a criação de uma institucionalidade capaz de fomentar uma heterogeneidade de visões, gerar espaços de diálogo, tratamento de conflitos, negociações, tomada de decisão, definição conjunta de problemas e estratégias para objetivos comuns, contribuindo para a coesão e para a possibilidade de expansão da rede e de melhores condições de operação e alcance de resultados.

Aspectos metodológicos

A pesquisa teve como estratégia o estudo de casos (STAKE, 2006) para investigação sobre arranjos multiatores rurais em contextos locais diversos. Os arranjos de estudo são provenientes das regiões que operam nos clusters 02 e 05 do mapeamento recente sobre o Brasil rural (VAHDAT et al., 2019), territórios com alta vulnerabilidade social. Foram selecionados dois casos de investigação. 1) APARAÍ - Associação do Assentamento de Desenvolvimento Sustentável PDS Paraíso, vinculada à Rede Origens Brasil, na região da Calha Norte, Alenquer (PA): esse arranjo visa a comercialização através de uma plataforma interativa regida pela lógica da floresta em pé e comércio justo internacional; e 2) GESTRAF - Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar, de Barbalha (CE): o grupo é voltado para a realização de circuitos de comércio local, agroecologia e economia solidária.

A análise realizada teve caráter dedutivo, de modo a extrair aprendizados e possíveis inferências teóricas sobre a diversidade encontrada no Brasil rural. As fontes de coletas de dados foram divididas em três fases, contemplando indicadores quantitativos, ligados a bases de dados governamentais, e materiais qualitativos, presente em documentos e entrevistas realizadas com atores dos arranjos. A coleta de dados está exposta no Quadro 1:

Quadro 1 - Coleta de dados

FASE DE COLETA DE DADOS	FONTES E DESCRIÇÃO
Dados quantitativos	Dados sociodemográficos em bases oficiais (Censo; PIB dos Municípios; PNAD; Censo Agropecuário; CECAD – MDS, além de sites de transparência municipais e governamentais)
Dados qualitativos descritivos	Análise de documentos e produções bibliográficas locais disponíveis sobre os casos, para fins de contextualização e descrição. Foram utilizados documentos oficiais (como os relatórios de atividades presentes na página virtual da Rede Origens Brasil), como produções acadêmicas que analisam ambos os casos (citações presentes ao longo do texto).
Dados qualitativos interpretativos	<p>Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos nos casos, descritas a seguir.</p> <p>APARAÍ - Origens:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Coordenador regional de ONG envolvido na gestão da rede;2. Gestor e extrativista da associação APARAÍ;3. Gestor público da Prefeitura de Alenquer (PA). <p>Gestraf:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Liderança comunitária do grupo2. Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais3. Professor da Escola de Saberes de Barbalha <p>*Para cada entrevistado, os nomes foram codificados como Entrevistado 1, 2 e assim por diante, de acordo com a sequência apresentada neste quadro.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe ressaltar que a segunda e a terceira etapas, na qual foram explicitados o contexto, os problemas encontrados, os desafios e as demandas dos arranjos, foram potencializadas pela aproximação que os pesquisadores possuem com os grupos analisados em cada caso, gerando tanto um acúmulo dessas experiências, como a facilitação de acesso a dados e outras informações recolhidas pelas interações sucessivas, relações de confiança e acesso aos participantes da pesquisa (CRESWELL, 1997). As atividades aqui sistematizadas ocorreram entre os meses de dezembro de 2020 e julho de 2021, portanto em formato virtual no contexto de pandemia do novo coronavírus.

A partir da discussão da literatura, assume-se que ainda existem lacunas para entender de forma mais precisa os diferentes papéis desempenhados pelos atores desses arranjos, as capacidades necessárias para sua operação, além de identificar os desdobramentos de conformações diversas desse tipo organizacional.

Os casos de arranjos multiatores

A seguir são apresentados, de maneira sintética, as experiências de arranjos multiatores consideradas no estudo dos casos. Para cada uma serão ressaltadas sua forma de operação e histórico.

Rede Origens Brasil® e APARÁ: floresta em pé e mercado justo na Amazônia

A Rede Origens Brasil®, criada em 2016, é formada por produtores agroextrativistas e organizações (empresas, instituições de apoio e organizações comunitárias) que atuam em colaboração para gerar negócios sustentáveis em áreas protegidas na Amazônia com garantia de origem, transparência e rastreabilidade. Da Rede Origens Brasil, podem participar os seguintes atores:

- Os territórios Xingu², Calha Norte, Rio Negro, Solimões, Tupi Guaporé, e áreas protegidas que estejam dentro desses territórios, como terras indígenas e quilombolas, reservas extrativistas, florestas nacionais e estaduais, projeto de assentamento sustentável, entre outros.
- Populações tradicionais e povos indígenas que residam ou praticam atividade agroextrativa de baixo impacto, e que manejam produtos da sociobiodiversidade ou produzem produtos da cultura material e imaterial dentro dos territórios reconhecidos pela Rede.
- Empresas que comprem produtos agroextrativistas das populações tradicionais e povos indígenas dos territórios reconhecidos pela Origens Brasil de forma ética e transparente.
- Instituições de apoio e organizações comunitárias que atuam ao lado das populações tradicionais e dos povos indígenas com cadeias de produtos agroextrativistas dentro do escopo da Origens Brasil.
- Produtos reconhecidos do extrativismo (óleos vegetais, resinas, frutos, folhas, raízes etc.), agroextrativismo proveniente de sistema agrícola tradicional (farinha, pimenta, amendoim etc.) de origem animal manejado (mel e pescado manejado), cultura material e imaterial (grafismos, cestaria, pintura em tela etc.).

O principal objetivo apresentado pela Rede é promover a prática de um comércio ético que contribua com a manutenção da floresta e valorize os povos que nela e dela vivem, com destaque para as histórias, os territórios e as conexões responsáveis entre quem produz e quem compra.

A Rede está presente no Assentamento de Reforma Agrária PDS Paraíso, que conta com uma área de 260.824,74 hectares e capacidade para 800 famílias, e está circunscrito no território da Calha Norte, no município de Alenquer (PA).

² O primeiro território que aderiu à Rede Origens Brasil foi o Xingu, seguido pelos territórios Calha Norte, Rio Negro, Solimões e Tupi Guaporé. A escolha se ancorou em parâmetros de diversidade natural, habitação de populações tradicionais/originárias e potencialidade de produtos agroextrativistas. Os três primeiros territórios correspondem a 90 milhões de hectares, com doze organizações locais/comunitárias no Xingu, quatorze em Calha Norte e Rio Negro, e mais de 150 mil pessoas vivendo em áreas protegidas (ORIGENS BRASIL, 2018).

O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA) atua na Calha Norte desde 2006 com o estudo e a criação de unidades de conservação estaduais. Tendo em vista a pressão por parte dos grandes projetos de desenvolvimento (mineração, extração madeireira, pecuária extensiva, obras de infraestrutura, entre outros), e por existir expressiva quantidade de terras devolutas, as unidades de conservação “criaram uma barreira de proteção de interesses que batiam na porta (madeira, grilagem, gado), proporcionando outro modelo de desenvolvimento, com benefícios também para as comunidades” (ENTREVISTADO ORIGENS 1, 2021). O mesmo entrevistado destaca que no ano de 2012, em Oriximiná (município adjacente de Alenquer), teve início a comercialização-aproximação de empresas com quilombos, com a intenção de dirimir a presença dos atravessadores no fluxo comercial dos produtos da floresta (copaíba, castanha do Pará, cumaru etc.) – melhores canais de comercialização são demandas constantes dessas comunidades.

Em Alenquer, a ONG IMAFLORA iniciou em 2014 um projeto no PDS Paraíso voltado às práticas agrícolas sustentáveis (roça sem fogo). Além da agricultura camponesa, o município é um dos maiores produtores da amêndoa de cumaru (*dipteryxodorata*) do Brasil, concentrando, em 2017, um total de 53 toneladas; mesma quantidade em 2018 – e cerca de 45% da produção paraense (FAPESPA, 2020). Esse número coloca o PDS Paraíso como destaque. No entanto, mesmo diante dessa larga produção, os extrativistas do município detêm uma pequena parcela da lucratividade advinda da comercialização da semente do cumaru (COSTA et al., 2018). Os autores mencionam que a ausência de conhecimento, capacitação, incentivo e estrutura organizacional são os principais desafios à atividade.

Foi a partir da necessidade de valorização e manejo sustentável dos produtos oriundos do extrativismo que a IMAFLORA, em conjunto com a Associação do PDS Paraíso (APARAÍ), avançou em estratégias para dinamizar a cadeia produtiva extrativista do PDS Paraíso com a sua inserção na Rede Origens Brasil.

A Rede Origens não é uma certificação tradicional. Tem trabalho de chegada nos territórios para analisar o tecido associativo. A Rede vem também como forma de criar diferenciação no mercado - relações por trás do selo. Precisa haver instituições de apoio às entidades comunitárias, ou seja, um tecido social que vai operacionalizar cadeias no chão e que entregue o que o Origens está oferecendo aos parceiros comerciais: valor, rastreabilidade, transparência (saber quanto chega para o extrativista) (ENTREVISTADO ORIGENS 1).

Para o Entrevistado Origens 2 (2021), o assentamento é uma das maiores potências produtivas oriundas da floresta em pé, principalmente do cumaru. Ele destaca que problemas com atravessadores (compram sem nota, preços baixos ou irrisórios) eram presenças constantes na comercialização, o que causava maior apropriação destes na renda proveniente dos fluxos comerciais.

Com a parceria entre a APARAÍ e a IMAFLORA, em 2017, o PDS Paraíso e cerca de 55 extrativistas entraram na Rede Origens Brasil. No início, segundo o Entrevistado 1, os extrativistas:

“tiveram dificuldade, mas conseguiram implantar. Muitos ficavam receosos em perder Bolsa Família, perder auxílio, perder direitos de assentados [...]. Uma estratégia adotada foi a mobilização e o entendimento da Rede, articulado a diferenciação do preço do cumaru verde (de R\$10 para R\$12), o que impulsionou o interesse dos comunitários. [...] atualmente nós fechamos preço com a empresa, temos recibo, rastreabilidade” (ENTREVISTADO ORIGENS 1, 2021).

A participação propiciou o início de conexões entre diferentes atores sociais, a promoção de negócios sustentáveis, com garantia de origem, transparência e rastreabilidade da cadeia produtiva, possibilitando melhores condições de renda.

O arranjo multiatores da Rede Origens Brasil no PDS Paraíso ilustra uma estrutura híbrida tanto como processo de governança, caracterizado por um entrelaçamento de propósitos de várias organizações, voltado à conservação da floresta em pé, quanto como resultado, orientado a um dinamismo econômico que tem base em performances que são, ao mesmo tempo, de base solidária e concorrencial (SOUSA et al., 2020). A saber: tem base solidária quando a estrutura híbrida estimula laços comunitários e o trabalho coletivo de extrativistas vinculados à Associação APARAÍ do PDS Paraíso, aprimorando processos socioeconômicos de trabalho e vida humana integrada à preservação da fauna e da flora. Tem natureza concorrencial quando o propósito do arranjo está direcionado a equalizar os preços de forma mais justa pelos atravessadores que atuam na região de Alenquer/PA.

“Hoje o extrativista sabe por quanto ele vende e por quanto é vendido lá fora. Isso o deixa mais tranquilo para trabalhar e saber quanto ganha, quantos quilos vendeu abaixo do preço, quanto tem pra receber, emite notas fiscais”, ressalta o Entrevistado Origens 2 (2021). Em 2017, uma tonelada (1.000 quilos) da amêndoa de cumaru seca foi vendida para a empresa inglesa Lush por R\$ 53.000, sendo pagos ao coletor R\$ 47 por quilo. A sobra é destinada ao fundo de reserva das operações e ao pagamento do agente local, por arrematar o estoque/compra do cumaru. Já em 2019, houve um aumento de 294% na venda de quilos de cumaru e 324% do valor total da venda destinados à mesma empresa.

Além do aspecto econômico, destacam-se os cursos técnicos de boas práticas de fabricação/manejos sustentáveis, técnicas de agregação de valor e intercâmbios com outras experiências da Rede, constantemente proporcionadas pelo arranjo.

Gestraf: economia solidária, cultura popular e agroecologia no Cariri cearense

O grupo, composto por 22 agricultores e feirantes e oito articuladores, se estrutura a partir de duas práticas de comercialização regulares: a realização de feiras itinerantes nas comunidades rurais e nas zonas urbanas do município de Barbalha (CE) e a realização de uma feira com periodicidade semanal em ponto fixo na região central desse mesmo município, na sede da Escola de Saberes de Barbalha (ESBA). Eventualmente, o grupo participa de “feiras-evento”, sobretudo ligadas à economia solidária e à agroecologia (MENDES et al., 2021).

A história do Gestraf começa em 2011, a partir de um primeiro encontro entre os agricultores e os articuladores que o compõem. Ao resgatar a trajetória do grupo, observa-se que os agricultores realizavam feiras de modo itinerante e em meio a eventos

culturais das comunidades (festas de santo padroeiro, quermesses, entre outros). Nesses encontros, o intuito não era apenas as vendas, mas fortalecer os laços entre seus integrantes (PAIVA, MAIA FILHO E FREITAS, 2021). Identifica-se como fator decisivo para a criação da Gestraf um processo de formação em economia solidária promovido pela Empresa Técnica em Extensão Rural (Ematerce) em 2011. Outro marco importante foi a participação da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias no Cariri – Rede Fasol Cariri, conforme proposição da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS) ligada à UFCA. A motivação do convite, segundo Paiva, Maia Filho e Freitas (2021), foi a adequação do perfil do Gestraf ao projeto proposto pela ITEPS que previa a inclusão de iniciativas que apresentassem formatos de empreendimentos de economia solidária e contribuíssem com ações de desenvolvimento local.

Desde outubro de 2017, o grupo iniciou suas atividades em um ponto fixo de comercialização, construído a partir de um mutirão organizado pelas próprias agricultoras, que realizaram, inclusive, a mesas feitas em madeiras de pallets. Os integrantes organizaram ainda a divulgação do espaço com panfletagem pela cidade e a utilização de carro de som. Nesse mesmo ano, houve uma importante melhora na estrutura física do Gestraf, a partir de projeto mediado pela ITEPS, e teve início o “Café Cariri Encantado”, empreendimento ligado ao Gestraf que também funciona na sede da ESBA, em outro espaço físico.

Grupo fundado em práticas socioculturais para além da dimensão econômica. Economia solidária como fator norteador do grupo

A própria origem do Gestraf, uma oficina realizada pela Ematerce para um grupo de mulheres agricultoras de Barbalha, denota o aspecto multidimensional da experiência. Desse encontro emerge a motivação para a constituição do grupo, que teve como importante elemento o fortalecimento do papel da mulher na agricultura familiar. Segundo a Entrevistada Gestraf 1, “Há o empoderamento feminino: a oficina começou com as mulheres. Depois que juntou todos, foi para o empoderamento financeiro” (2021).

Pelos dados levantados na pesquisa, fica evidente que as práticas do Gestraf vão além da comercialização. Segundo o Entrevistado Gestraf 3, elas envolvem vivência e cultura popular, além da alimentação: “Consiste em formas de fazer e saberes ligados a tradições camponesas. Essa dimensão cultural foi um fator que moveu essa aproximação” (2021). No mesmo sentido, o Entrevistado 2 aponta que a ação do grupo pode ser mais ou menos designada pelo mote: “Saberes e sabores locais: cultura popular e culinária da região”. Ainda ele, nos afirma que o Gestraf pratica “uma comercialização diferente, uma comercialização solidária”, que envolve outras práticas adotadas pelo grupo. Os entrevistados destacam, por exemplo, a realização das trocas de produtos ao final de cada período de comercialização. “Os agricultores só levam para casa seus produtos se quiserem”, diz a Entrevistada Gestraf 1. Este é considerado um momento festivo e de troca que, para o grupo, ultrapassa o sentido econômico-mercantil.

A arte e a cultura são partes integrantes regulares das atuações do grupo nas feiras, sendo apontadas como elementos indispensáveis a cada encontro. A adoção da economia solidária parece se apresentar como um princípio de ação que engloba sua totalidade e orienta a ação coletiva e individual dos seus integrantes. “Economia solidária não é só

venda de produtos, artesanato etc., está na vida da gente desde a torneira de casa até a brisa que sopra no seu rosto e te mostra que tudo está bem” (ENTREVISTADA GESTRAF 1). No entanto, isso não descarta a importância do fator econômico na organização do Gestraf. A sua constituição teve, inclusive, impactos em determinadas práticas em algumas comunidades rurais. Segundo a Entrevistada 1, “os produtores na zona rural não tinham onde comercializar os produtos. Após o curso sentiram mais aberto para divulgação. Até hoje comercializam nas feiras e nas suas propriedades”.

Alguns dos pontos aqui destacados apontam para a centralidade da questão de gênero na experiência. Embora não seja um grupo exclusivamente de mulheres, a questão do empoderamento feminino, presente desde a sua fundação, perpassa muitas ações do grupo. A Entrevistada 1 cita, por exemplo, o caso da agricultora que pela primeira vez vai à cidade do Crato (vizinha à Barbalha), devido à independência e ao apoio conseguidos com a atuação junto ao grupo.

“Para mim foi a maior descoberta que poderia acontecer na minha vida. Tinha renda, independência financeira, mas na minha vida particular não tinha. A economia solidária foi a libertação de tudo. comecei a enxergar o mundo de outra forma. Meus medos acabaram. Quando me vi na frente daquelas mulheres, senti que precisava me encorajar na vida para elas se sentirem encorajadas. Houve uma transformação na vida das mulheres desse grupo. Uma agricultora antes era presa nos caprichos do marido. Era seu dono, não permitia ir na feira, encontrar amigos. Não permitia que participasse de uma reunião. Hoje ela é uma das maiores feirantes do grupo” (ENTREVISTADA GESTRAF 1).

Itinerância da feira como fator de mobilização e integração entre as comunidades

Segundo a Entrevistada 1, foram realizadas 58 feiras itinerantes (sem contar as realizadas no ponto fixo de comercialização) desde 2011 até antes da pandemia (16/02/2020). Para o Entrevistado 3, o fator da itinerância é considerado importante, pois dinamiza a feira. A Entrevistada 1 afirma ainda que “a feira é uma festa na comunidade, há o intercâmbio de saberes. Principalmente quando tem as festas de padroeiro. A comunidade recebe e faz um dia de festa, com intercâmbio cultural, troca de produtos e passeio na comunidade” (2021). Ela ainda reforça outros papéis da itinerância, como a aquisição de novos clientes e a ampliação das possibilidades de comercialização, além de fortalecer aspectos de articulação e trocas. Segundo a agricultora:

“Feiras itinerantes vão como vitrine para a comunidade. Lá se abre a possibilidade de ter novos clientes. Articuladores fazem articulação de que vão pessoas para essa comunidade para enxergar essa potencialidade e aumentar a comercialização. Além disso, também acontecem a capacitação nas feiras. Sempre nas feiras itinerantes existem as trocas de produtos” (ENTREVISTADO GESTRAF 1, 2021).

Foco na realização de parcerias como estratégia escolhida pelo grupo

A realização de parcerias é um ponto que recebe bastante atenção no desenho das ações do Gestraf. Nesse sentido, os entrevistados 1 e 2 citam diversas vezes a questão

das parcerias e de sua importância para a manutenção do grupo, considerando que vão além da questão institucional e envolvem o elemento humano representado nas pessoas que se aproximam em nome das instituições, citando o exemplo da UFCA.

A Entrevistada 1 explica ainda que esse processo de articulação assume também um fator interno (entre os associados), além do externo (outras organizações e instituições diferentes do grupo). Segundo ela, “é fundamental a dinâmica de chegar nas pessoas, com gente que já entende o próprio grupo, a linguagem apropriada”. Nesse aspecto, de acordo com a segunda entrevistada, as associações locais de agricultores assumem um papel estratégico por conhecerem suas próprias comunidades. Nesse processo interno surge o papel dos articuladores, atores estratégicos endógenos que têm o propósito de ajudar o grupo em questões como a mediação e a organização do espaço, questões tecnológicas (informática), fiscalização na produção dos integrantes (se estão de acordo com as práticas agroecológicas, até “a própria cozinha dos feirantes” (ENTREVISTADO GESTRAF 1, 2021). A “cozinha” é a proximidade construída com as casas, com o dia a dia de cada um dos integrantes. Segundo o segundo entrevistado, os articuladores são “sementes crioulas” no grupo.

Cuidado com a manutenção dos princípios norteadores

O Gestraf é formado por uma diversidade, tanto de produtores quanto de produtos. Há um cuidado para que os produtores se mantenham fiéis às lógicas do grupo de economia solidária e produção agroecológica. Segundo o Entrevistado 2, o agricultor/a “só comercializa o que produz, planta e cria”. Em alguns casos, integrantes foram afastados pela venda de produtos que eram comprados no mercado regular, ou seja, não eram produzidos pelo grupo, fator considerado grave (ENTREVISTADOS GESTRAF 1 e 2, 2021).

Ainda conforme a Entrevistada 1, o processo decisório é, na maioria das vezes, coletivo, e acontece depois das feiras em um momento de socialização e de encaminhamentos, bem como de reafirmação do compromisso com os princípios escolhidos para a atuação coletiva do Gestraf.

Discussão dos resultados e análise

As estratégias desenvolvidas nesta pesquisa possibilitaram o aporte necessário para a observação de distintos processos que conformam a inclusão produtiva e o desenvolvimento de comunidades por meio da lógica de arranjos. Isto é, como um mesmo fenômeno se manifesta em realidades distintas (STAKE, 2006) e traz consigo elementos interessantes para pensar suas especificidades, que interessam tanto ao caso, quanto ao cruzamento de elementos comuns entre os dois arranjos estudados, possibilitando uma leitura transversal sobre a dinâmica organizativa e, assim, generalizando os achados do estudo.

Sobre os aspectos relacionais de desenvolvimento dos arranjos

Ao tratar das especificidades de cada caso, tem-se duas lógicas de desenvolvimento de caso muito distintas. No município de Alenquer (PA), encontra-se um ambiente amazônico, cercado por reservas de conservação ambiental e um poder público com limitações de capacidades. Com essa configuração, a presença estatal se dá de maneira ambivalente, ao passo que as unidades de conservação garantem as condições legais e biológicas para a manutenção da floresta, o que, conseqüentemente, possibilita condições sustentáveis para a extração de produtos como o cumaru. As entrevistas também indicam ausências do Estado, seja pelo reforço da fiscalização – em um território em que a questão fundiária nunca deixou de estar em disputa – ou na construção de políticas públicas mais efetivas para as comunidades rurais. Conforme mostram os dados sobre acesso ao PRONAF no município, existe a prevalência da pecuária no fomento à política pública. A dinâmica de conflitos territoriais também se vale de um nível superior de disputa, de arco nacional-transnacional, sobre os projetos para a Amazônia. Assim, a própria região da Calha Norte tem seu nome derivado do projeto de ocupação militar da segunda década de 1985. Nesse embate, preservacionismo, desenvolvimento econômico, exploração de recursos naturais e segurança nacional entram em conflito, delimitando algumas linhas desta complexidade.

Desses fatos, decorrem duas conseqüências para o arranjo multiatores. De um lado, o interesse temático acerca do desenvolvimento sustentável, com lógica de floresta em pé, por parte de agências do terceiro setor externas aos territórios, como é o caso da Imaflo. A organização atua em diferentes frentes ao lado do poder público, desde a participação nas consultas públicas para criação das Unidades de Conservação locais, até o trabalho direto com as comunidades para viabilidade econômica (ENTREVISTADO ORIGENS 1, 2021). Além disso, ela atua no território dinamizando relações, provendo conhecimento técnico externo e dialogando com autoridades locais, o que a coloca como uma peça fundamental que produz novas trajetórias ao se instalar e iniciar operações. Por outro lado, para as comunidades, tem-se a necessidade da ação coletiva para defesa de seus territórios e de sua cultura tradicional, heranças de seus ancestrais (ENTREVISTADO ORIGENS 2, 2021), o que implica na capacidade de organização interna e num terreno comum para a formação de laços de comunidade, potencializando a ação econômica de lógica familiar via arranjos multiatores. Contudo, parte das famílias segue com alto nível de desconfiança e o exercício de mediação das lideranças é constante – destaca-se, aqui, a importância de não essencializarmos a noção de comunidade de modo a ignorar os conflitos internos (SPINK, 2014). Esse fator pode dizer ainda sobre a resistência à criação de estratégias conjuntas com outros atores, considerando a memória viva em torno do histórico dessas relações. Ainda que as entrevistas não consigam apreender de maneira mais precisa o detalhamento dessas tensões, fica claro que há um distanciamento entre a comunidade do PDS Paraíso e a Prefeitura de Alenquer para a execução de projetos comuns (ENTREVISTADOS ORIGENS 2 e 3, 2021).

Partindo para a região do Cariri (CE), tem-se um caso com uma lógica territorial totalmente distinta da anterior. O Gestraf se configura como um grupo que integra pequenos produtores de diferentes comunidades rurais da cidade de Barbalha, mas a relação estabelecida nos limites entre o urbano e o rural (FAVARETO et al., 2015) é, entre os dois casos, a mais destacada. Isso porque a dinâmica do arranjo, apesar de

rural, se mostra como a criação de uma comunidade, ou um grupo de laços fortemente endógenos, que transita entre esses limites, estabelecendo a convivência de agricultores com articuladores. Dessa relação fundamental, a agregação de outros parceiros para a formação do arranjo se dá na mesma chave: seja a universidade, para capacitação, o sindicato rural, para apoio em questões de logística, ou a Escola de Saberes, como espaço para comercialização integrado à cidade, todas essas instâncias figuram como parcerias com alta frequência de sociabilidade.

No caso, uma situação interessante tem destaque: apesar de ocupar essa fronteira entre o rural e o urbano de maneira mais intensa, este arranjo possui mais dificuldades de logística e escoamento de produtos, o que faz com que muitas vezes o custo de transporte não compense o custo de venda para algumas produtoras, sendo necessário percorrer caminhos de até vinte quilômetros, gerando desestímulo à comercialização (ENTREVISTADOS GESTRAF 1 e 2, 2021). Alguns aspectos próprios do território levam a uma primeira interpretação do fato, centrada na precária infraestrutura das estradas rurais e na necessidade de aportes para que o aumento de volume de produção gere o montante suficiente para cobertura desses custos – o que implica um salto operacional do grupo. Contudo, talvez o que traga a singularidade do caso é que, apesar dessa marginalidade dos ganhos econômicos, o arranjo se mantém há uma década.

O Gestraf aparenta ser, à primeira vista, um grupo pequeno – são trinta pessoas e organizações colaboradoras – baseado na produção agrícola e na cultura popular. Contudo, os ganhos proporcionados em termos de sociabilidade, empoderamento feminino e sustentação de modos de vida são resultados expressivos de sua proposta (ENTREVISTADOS GESTRAF 1 e 3, 2021). O grupo estabelece intercâmbios com outras regiões do Cariri, onde troca produtos e conhecimentos, além de manter uma relação com atores urbanos por meio do Café Cariri Encantado. Há um forte elemento emocional que sustenta o arranjo, direcionado pelo estabelecimento de bandeiras como a economia solidária e a agroecologia, que provocam a aproximação de parceiros e consumidores com base em um mercado moral e em laços de reciprocidade (PALMIOLI et al., 2020). Quanto à noção de Inclusão Produtiva Rural, esse caso traz à tona dimensões que ultrapassam a integração via mercado, diversificando as possibilidades de pensar ações e arranjos sob outras óticas. Conforme trazido pelos atores, os caminhos para ganhos econômicos efetivos são necessários (ENTREVISTADOS GESTRAF 1 e 2, 2021), mas uma base social já constitui um processo de inclusão.

Sobre as capacidades de gestão e governança dos arranjos

A dinâmica organizacional encontrada nos casos indica diferenças na capacidade de gestão, com relação à produção, administração das operações, comercialização e gestão financeira.

A entrada dos agricultores do PDS Paraíso na Rede Origens Brasil se deu para a produção e a comercialização da amêndoa de cumaru com maior valor agregado. Embora a Rede Origens opere com outros produtos reconhecidos do extrativismo, do agroextrativismo proveniente de sistema agrícola tradicional, de origem animal manejado e da cultura material e imaterial, como já destacado anteriormente, a relação com os assentados é vinculada sobretudo ao cultivo do cumaru e, atualmente, à castanha. O que se percebe

a partir dos relatos é que nesse momento recente de entrada na Rede Origens, o foco em um só produto traz vantagens de focalização, possibilidades de mais conhecimento das exigências de produção e aprendizagem de processos. Um dos motivos da criação da Rede em 2016 foi a percepção da necessidade de valorização e manejo sustentável dos produtos oriundos do extrativismo, e no caso do PDS Paraíso os agricultores têm conseguido gerar valor na produção do cumaru a partir da secagem da amêndoa e da efetivação de processo sustentável no seu manuseio, que fundamenta o selo, articulando e aproximando empresas sob propostas de um comércio transparente e justo. O município de Alenquer está entre os maiores produtores de cumaru do Brasil, sendo o PDS Paraíso um destaque no volume produzido. No entanto, os extrativistas da região detêm uma pequena parcela da lucratividade, o que tem mobilizado os agricultores-extrativistas na inserção da Rede Origens. Há um potencial que pode ser melhor explorado de demanda de produtos com certificações de origem (rastreadibilidade) e manejo sustentável, e, ao mesmo tempo, a pesquisa mostrou que há uma capacidade de produção dos agricultores da região que pode ser desenvolvida, o que pode ampliar a oferta; isto é, existe uma vocação regional que pode favorecer os assentados.

Conforme as entrevistas, o crescimento da produção depende, entre outros fatores, da capacitação dos agricultores para o processo de boas práticas de secagem, a fim de prepará-los para as exigências das compradoras, e, sobretudo, de uma mudança de percepção desses com relação a todo o processo e à racionalidade comercial que envolve a atividade econômica. Nesse sentido, a racionalidade de gestão com as operações administrativas e financeiras têm sido um gargalo. Fazem parte dos fatores complicadores das operações as atividades de registros contábeis, controles e preparação para certificações. Essa sincronia e aptidão em gestão são necessárias para alimentar a plataforma digital colaborativa da Rede, que recebe, sistematiza e disponibiliza informações sobre a produção e comercialização das cadeias de valor, além dos indicadores de impacto coletados em campo com dispositivos móveis (tablets e celulares).

É importante destacar também a sobrecarga de atividades/responsabilidades em gestão administrativa, financeira e comercial para a ONG Imaflora (entidade de apoio). Conforme os entrevistados 1 e 2 da Rede Origens, esses aspectos se unem à fragilidade da compreensão dos mecanismos de gestão por parte dos extrativistas, além da falta de condições de execução. A capacitação dos agricultores e dos membros da APARAÍ, tanto em termos administrativos como de compreensão dos processos do arranjo e das relações comerciais mais amplas, é uma demanda importante. Com relação à gestão foi evidenciada também a falta de uma estrutura organizativa central que consiga manusear as atividades administrativo-financeiras dos fluxos comerciais.

Voltando para o semiárido cearense, as atividades do Gestraf têm a oferta de um serviço como base de suas atividades e envolvem formas de comercialização que mobilizam circuitos curtos realizados pelos próprios agricultores por meio de feiras itinerantes nas comunidades rurais e compartilhamento de saberes. As mudanças nas operações do Gestraf ocorreram a partir de sua vinculação à Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS) da Universidade Federal do Cariri e à Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias no Cariri – Rede Fasol Cariri – e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Essas conexões têm propiciado formação em economia solidária, participação em circuitos de feiras vinculadas ao turismo e criação

de soluções, como o fundo rotativo para suporte financeiro. O custo e a responsabilidade das operações, no entanto, recaem totalmente sobre os agricultores, sendo este um dos fatores que parece inibir o crescimento do grupo. Os pontos principais de melhorias nas operações envolvem a logística para levar o produto até as feiras e o próprio deslocamento dos agricultores. Junto a isso, as atividades de gestão são desempenhadas por poucas pessoas que ocupam, ao mesmo tempo, funções de liderança e atendem a demandas diversas.

A lógica de atuação vinculada à economia solidária e o apoio às questões sociais e identitárias são um fator de coesão importante do grupo, que se junta à oportunidade criada com o canal de comercialização nas feiras. O tempo de existência, mesmo em condições adversas, e o fundo rotativo solidário que o Gestraf mantém mediante contribuição semanal das próprias feiras demonstram o interesse dos agricultores em sua manutenção e o engajamento desses atores.

Os vínculos com artistas locais e as atividades culturais com agricultores indicam outras formas de agregar valor à relação entre produção de alimentos, história, gastronomia e as feiras que fazem parte da cultura regional. A não existência de investimentos do poder público é sentida tanto nas questões de estrutura para as operações, como no acesso às políticas públicas, especialmente de assistência técnica, mas também de propostas que integrem elementos como esses citados, aproveitando as potencialidades de interfaces entre o rural e o urbano propiciadas pelo aporte cultural existente.

Sobre os resultados, estratégias propiciadas pela atuação em arranjos multiatores e propostas de melhorias

Mobilizados pelas discussões anteriores, o estudo se dirigiu a organizar os avanços possíveis a partir da atuação dos arranjos, dedicando um espaço de análise para cada um dos casos. Como reforçado ao longo da pesquisa, não se trata de instaurar comparações em termos de tamanho e escala, uma vez que a inclusão produtiva deve ser entendida como um processo aberto e contínuo, inserido no contexto local. Dessa forma, os resultados aqui apresentados fazem referência à própria lógica que os arranjos multiatores adotam para sua atuação.

A Rede Origens Brasil, com sua atuação junto à APARÁÍ, tem como principal êxito a criação de mercados alternativos para o escoamento do cumaru produzido sob uma lógica de conservação da biodiversidade e da floresta em pé. Foi possível identificar o crescimento na renda dos extrativistas, tanto pelos valores de venda levantados na pesquisa quanto pela própria operação da Rede, que, a partir do aporte de parceiros externos, conseguiu desenvolver um capital de giro próprio para manutenção de suas operações (ENTREVISTADO ORIGENS 1, 2021). Os ganhos econômicos propiciados pelo arranjo não se dão apenas no âmbito da renda, mas também na recolocação dos extrativistas frente às desvantagens comerciais em negociação com atravessadores que geram a assimetria de informação quanto ao preço de venda, evitando acordos abusivos por parte dos compradores. Mesmo que o preço de venda via Rede Origens possa ser equiparado ao preço de venda do mercado comum (ENTREVISTADO ORIGENS 2, 2021), o ganho coletivo para os extrativistas está na manutenção de um canal de comunicação

que oferece uma base de comparação para essas negociações. Tais incentivos também fortalecem, dentro do PDS Paraíso, o ato associativo, dando maior poder de negociação aos extrativistas tanto no mercado quanto junto ao poder público.

Na mesma direção, a atuação da Imaflora se estende para além da comercialização. A ONG também se mostrou importante em outros dois pontos estratégicos. O primeiro deles é o auxílio técnico para melhoria do manejo sustentável do cumaru. Como citado, a área do PDS Paraíso é vasta, o que exige que as famílias façam a gestão dos pontos possíveis de extração do cumaru. Com o uso de técnicas de georreferenciamento mobilizadas pela Imaflora e pela Lush, foi possível o manejo do produto com menos agressão à floresta, indicando as áreas propícias de operação. O segundo aspecto de destaque é como apoio institucional, principalmente no diálogo com o poder público e na manutenção das iniciativas que superam as mudanças políticas locais, fortalecendo a memória das atividades realizadas no território e atuando na resistência às discontinuidades. Dessa forma, a ONG atua na sistematização das atividades junto às comunidades (ENTREVISTADO ORIGENS 1, 2021).

Ao olhar para o caso do Gestraf, são identificados ganhos da atuação em arranjo a começar pela formação continuada com as agricultoras. Em se tratando de populações de comunidades rurais de difícil acesso, as parcerias possibilitam diversos ciclos de discussão e capacitação técnica nos anos de atuação do grupo, trabalhando temas ligados à agricultura até a organização política. Dentre os atores que ofereceram capacitação ao grupo estão a Ematerce, a ITEPS, o CVTEC e o Sindicato Rural.

Um segundo aspecto relevante alcançado pelo arranjo do Cariri se dá em termos de qualidade de vida. Os aspectos políticos levados a cabo pelo arranjo possibilitam a criação de vínculos relacionais com os parceiros, conforme já explicitado, mas também o desenvolvimento de melhores condições de trabalho, com a apropriação das agricultoras sobre suas mercadorias e autonomia em relação à comercialização, além do estabelecimento de um sistema de trocas informais que possibilita acesso a diferentes produtos nos intercâmbios entre comunidades. Além disso, aliadas à noção de bem-viver estabelecida pelo grupo, técnicas de bioeconomia também têm sido desenvolvidas pelo arranjo, como o uso de sementes crioulas, construção de biodigestores e produção de composto orgânico. Por fim, a diversificação e a criação de inovações nos sistemas produtivos locais possibilitados pelo arranjo têm a capacidade de gerar a manutenção do estilo de vida das comunidades rurais baseado na harmonia entre o estilo de vida das agricultoras e sua relação com a terra (ENTREVISTADO GESTRAF 3, 2021). Em termos de projeções para o futuro e de possíveis desdobramentos da ação do arranjo, existe a novidade de uma parceria inédita com a Prefeitura de Barbalha, iniciativa que convida uma das lideranças do grupo para a criação do programa Cariri Solidário, que visa incentivar a economia solidária no município.

Considerações finais

Com base na discussão teórica e na observação de duas experiências distintas de arranjos multiatores e das relações estabelecidas entre eles e o contexto em que estão inseridos, o presente estudo contribui para o conhecimento de como tais arranjos promovem a Inclusão Produtiva Rural, evidenciando os elementos que conformam a ação dos atores, as aprendizagens e os pontos de melhoria. As discussões e proposições apresentam soluções para o aumento de suas capacidades e reconhecem, ao mesmo tempo, os desafios e a existência de um campo fértil de experiências do campo no Brasil.

Inicialmente, parte-se do reconhecimento da importância dos arranjos multiatores como configurações que favorecem abordagens complexas de implementação de políticas públicas e de iniciativas da sociedade civil. Esses arranjos, ao se constituírem de múltiplos atores, têm maiores possibilidades de trazer à cena perspectivas distintas e de propiciar responsabilidades a serem compartilhadas de acordo com as relações de poder e competências de ação dos atores. A sua constituição envolve uma lógica de não centralidade e de configurações que pode se modificar ao longo do tempo, tanto com a entrada e a saída de participantes, quanto em novos equilíbrios de poder.

Para abordar o fenômeno dos arranjos multiatores admitiu-se uma visão multidimensional das configurações sociais rurais e de suas populações. Ao adotar a perspectiva dos públicos, que, além de parte integrante desses arranjos, são afetados pelas políticas de inclusão produtiva, tem-se agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais. Além das pessoas envolvidas, foram consideradas as características vinculadas aos espaços físicos, aos biomas, às culturas e às condições socioeconômicas.

A diversidade encontrada nos dois casos pode ser expressa a partir das seguintes ideias: floresta em pé e mercado justo na Amazônia (PA) e economia solidária, cultura popular e agroecologia no Cariri (CE).

Em cada arranjo foram identificados problemas centrais definidos pelas dinâmicas de poder, fatos que promoveram ou limitaram ações e criam barreiras ou favorecem o desenvolvimento e a sustentação destes. As diferentes formas de arranjo demonstraram reunir capacidades de criação de laços para sustentar ações de longo prazo e balizar os valores comuns entre os participantes, o que potencializa a ação econômica da lógica familiar via arranjos multiatores. No entanto, o reconhecimento de questões que demandam ações mais estruturadas traz à tona a discussão acerca do papel do poder público, em seus diversos níveis, e sua ação sobre elementos estruturais que podem criar uma rede de apoio para os pequenos produtores, que não seriam alcançados apenas com estímulos de mercado.

Outro aspecto relevante é a referência à lógica adotada pelos arranjos multiatores para a sua atuação. Nesse sentido, coloca-se a questão sobre a possibilidade de elencar os fatos primordiais que levam a uma base social mais sólida como forma de articulação de relações econômicas e paraeconômicas. Conforme demonstrado no texto, a ação conjunta na formação de arranjos contribuiu fortemente para a produção de novos meios de ação – econômicos, sociais, culturais e ambientais – para os agricultores. Pode-se assim afirmar que a forma como cada caso absorve as propostas solidárias define

limites e direciona perspectivas que antecedem e podem subsidiar o direcionamento das questões econômicas.

Os casos escolhidos também mostram o rural como um lugar de potencialidades, perspectiva já difundida no debate sobre a agricultura no Brasil. No entanto, esse mesmo rural precisa ser incluído nos projetos de desenvolvimento assumidos pelo poder público para possibilitar a conformação de instituições e redes integradas com um planejamento articulado ao desenvolvimento territorial que identifiquem e reconheçam as vocações de cada região. Nesse sentido, destaca-se como fundamental a não uniformização de sistemas produtivos, e a orientação destes deve corresponder à existência de mecanismos de conexão entre o produtor, as redes e as alianças produtivas gestadas localmente, conforme demonstra esta pesquisa, e suas capacidades de absorver uma variedade de alternativas.

As diferentes interações se somam às atividades técnicas de produção e conformam realidades para as quais são fundamentais a participação ativa e o exercício de papéis por parte dos agricultores e atores que detêm conhecimentos e saberes locais. Ainda, conforme discutido no artigo, a ideia de governança multiatores como um conjunto de atividades de coordenação e monitoramento que permite a existência de parcerias e instituições colaborativas pressupõe alternância de papéis entre esses atores ao longo do tempo.

Estes aspectos levam a uma questão central acerca da operação dos arranjos ligada ao desenvolvimento das capacidades dos atores e suas necessidades de aprimoramento, a de que a compreensão dos papéis necessários aos arranjos é um passo anterior à identificação de quais atores precisam ser incorporados ou mobilizados. Além disso, é necessário identificar as competências necessárias a cada ator e a formação de capacidades coletivas, ou seja, as competências do arranjo como um todo.

Na mesma direção, ressalta-se que a inclusão produtiva é um processo dinâmico que se configura como um continuum, e que requer atenção tanto para a construção dos arranjos e para sua continuidade. O acompanhamento desses avanços paralelamente às dinâmicas dos territórios chama a atenção para a necessidade do desenvolvimento de instrumentos de gestão e governança de arranjos, reconhecendo-os como formas organizacionais para as quais são necessárias metodologias para análise de contexto, diagnóstico de fatores conjunturais, identificação de fatores de melhoria, planejamento de estratégias, monitoramento e avaliação de resultados e impacto.

Por fim, é indispensável inserir as ações de inclusão produtiva dentro de seus contextos, e direcionar o olhar para a construção daquela determinada situação social e seus potenciais de agregação, além de estabelecer propostas organizativas que se sustentem no tempo, evitando a perda de investimentos e expectativas frustradas. Da mesma forma, é essencial ter como norte a perspectiva do público que se espera “incluir”, uma vez que há um grande arcabouço cultural a ser acessado na definição de onde se quer chegar.

Os resultados, portanto, reforçam os arranjos multiatores como um formato promissor para a promoção da inclusão produtiva e, como explicitado ao longo deste texto, não se trata de instaurar comparações em termos de tamanho e escala, ou de gradações dos arranjos, uma vez que a inclusão produtiva deve ser entendida como um processo aberto e contínuo, inserido no contexto local.

Referências bibliográficas

BORGES, Z. Formas emergentes de ação coletiva: limites e oportunidades de ação pública e democracia direta. In: Brugué, J.T ; Martins, S.; Nebot, C.P. (Org.). **Uma nova democracia para o século XXI?** Viçosa, MG: S. Martins, 2020

CEFAÏ, Daniel. **Porquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective.** Paris: Éditions La Découverte, 2007

COSTA, D. et al. **Gestão de cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico na Vila Camburão do município de Alenquer com ênfase na produção do cumaru.** In: Congresso de Gestão Ambiental do Baixo Amazonas – CONGABA, I., 2018, Santarém. 2018.

CRESWELL, J. **Data Collection. Qualitative Inquiry And Research Design: Choosing Among Five Traditions.** SAGE. [s.l.]: [s.n.], 1997.

CRUZ, F. et al. **Caminhos da Ação Pública Transversal para o Desenvolvimento Democrático.** In: ALMEIDA; L.S.B; RODRIGUES, M.I.; SILVEIRA, R.M.C; MELLO, C. (Org.). **Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre a democracia no século XXI e os desafios para a Gestão Pública.** 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2020, v. 1, p. 27-43.

EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A. What is agency? *American journal of sociology*, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.

FAPESPA - FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Anuário Estatístico do Pará.** Belém, 2020. Disponível em: <<https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2020/tabelas/economia/2.3-extracao-vegeta/tab-2.3.1-quantidade-produzida-na-extracao-vegetal-por-tipo-de-produto-extrativo-2014-a-2018.htm>>

FAVARETO, A. et al. Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, [s.l.], no 1, 2015. DOI: 10.18472/regis.v2n1.2015.17172.

FREITAS, A. F. Por uma Abordagem Relacional do Desenvolvimento Territorial Rural. **Rev Econ Sociol Rural** [Internet]. 2016. Oct;54(4):667–90. Available from: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540405>

FREITAS, A.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 46, no 6, p. 1575–1597, 2012. ISSN: 00347612, DOI: 10.1590/S0034-76122012000600008.

KOOPMANS, M. E. et al. The role of multi-actor governance in aligning farm modernization and sustainable rural development. **Journal of Rural Studies**, [s.l.], v. 59, p. 252–262, 2018. ISSN: 07430167, DOI: 10.1016/j.jrurstud. 2017.03.012.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, 2012.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologie de l'action publique.** Paris: Armand Colin, 2009.

MENDES, M. L. do N. et al. Experiências Agroecológicas Para O Bem Viver: A Trajetória Do Grupo De Economia Solidária E Turismo Rural Da Agricultura Familiar – Gestraf, Barbalha/Ce. In. PAIVA, V. de; CUNHA, E.; BRITO, M. A. P. de. **Semeando o Esperançar: Desafios da Incubação de uma Outra Economia**. Juazeiro do Norte/CE: Editora da UFCA. 2021.

MOMESSO, C. C. **Os caminhos da solidariedade: ação pública e economia solidária no vale do ribeira**. FGV EAESP, 2020.

ORIGENS BRASIL. **Manual de Funcionamento e Operação do Origens Brasil**. 2018. Disponível em <<http://www.origensbrasil.org.br/media/manual-funcionamento-e-operacao-do-origens-brasil.pdf>>

PAIVA, V.; MAIA FILHO, A.; FREITAS, C. **Agroecologia para o desenvolvimento sustentável: análise da trajetória do Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar – Gestraf Barbalha**. In XXXII Congreso Internacional Alas - Perú 2019. **Dossier Medio Ambiente, Sociedad Y Desarrollo Sustentable Grupo De Trabajo 14**. 2021. Disponível em https://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2021/04/Dossier14_final.pdf.

PALMIOLI, L. et al. Small farms' strategies between self-provision and socio-economic integration: effects on food system capacity to provide food and nutrition security. **Local Environment**, [s.l.], v. 25, no 1, p. 43–56, 2020. ISSN: 14696711, DOI: 10.1080/13549839.2019.1697869.

SCHMITT, Claudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, v. 13, p. 82-112, 2011.

SILVA, S. P. A Agricultura Familiar E Suas Múltiplas Interações Com O Território: Uma Análise De Suas Características Multifuncionais E Pluriativas. No. 2076. **Textos para Discussão**. 2015.

SOUSA, V. L. B. et al. Alimentação escolar no quilombo pacoval: uma análise dos desafios e potencialidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: Vilso Junior Chierenti Santi; Renato Dias Baptista; Celenita Glauberto Pereira Bernieri; Valquiria Cristina Martins. (Org.). **Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária**. 6ed. 2020, v. 6, p. 141-162.

SPINK, P. Bringing the horizon back in: the mid-range approach to Organizational Studies. **RBEO - Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, [s.l.], v. 1, p. 1–26, 2014.

SPINK. **Beyond public policy: a public action languages approach**. [s.l.]: Elgar, 2019. 256 pp p. ISBN: 9781788118743.

STAKE, Robert. Qualitative Case Studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **Handbook of Qualitative Research**. [s.l.]: SAGE Publications, Sage CA: Los Angeles, CA, 2005. p. 443–466. 2006.

ŠŮMANE, S. et al. Local and farmers' knowledge matters! How integrating informal and formal knowledge enhances sustainable and resilient agriculture. **Journal of Rural Studies**, [s.l.], v. 59, p. 232–241, 2018. ISSN: 07430167, DOI: 10.1016/j.jrurstud.2017.01.020.

VAHDAT, V. et al. **Inclusão Produtiva no Brasil: Evidências para Impulsionar Oportunidades de Trabalho e Renda.** Fundação Arymax, Fundo Pranay e Instituto Veredas, São Paulo, 2019.

VANIER, M. **Demain les territoires. Capitalisme réticulaire et espace politique.** Paris: Hermann, 2015.



Acesse:

<https://cebrapsustentabilidade.org/>



Acesse:

<https://inclusaoprodutivarural.cebrap.org.br/>